



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0041951-45.2008.8.17.0001 (213907-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: AMERICAN LIFE COMPANHIA DO SEGUROS
APELADA: ANALICE JUDITE DOS SANTOS SILVA

R 5706

EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. CARÁTER APENAS PARCIAL DA DEBILIDADE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, "B", DA LEI 6.194/74, NA REDAÇÃO ANTERIOR À LEI 11.482/2007. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA APENAS ATÉ O PERCENTUAL PREVISTO NA NORMA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CUSTAS DIVIDIDAS POR IGUAL ENTRE AS PARTES. OBSERVÂNCIA, QUANTO À APELADA, DO DISPOSTO NO ART. 12 DA LEI 1.060/50, DIANTE DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. HONORÁRIOS POR CONTA DOS CONSTITUINTES.

- Ao utilizar a preposição "até", a alínea "b" do art. 3º da Lei 6.194/74, na redação anterior à Lei 11.482/2007, não deixa dúvidas de que o valor nele previsto diz respeito ao valor máximo a ser percebido por quem resultar total e permanentemente inválido em decorrência de acidente com veículo automotor, não existindo elementos para autorizar interpretação segundo a qual a indenização deve ser sempre deferida naquele valor exato.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



- Não restando dúvidas de que a indenização deve ser proporcional ao grau de invalidez resultante do sinistro, a complementação da indenização deve observar o limite correspondente ao percentual de invalidez experimentado pela vítima, nos termos da tabela instituída pela SUSEP.
- Recurso parcialmente provido.
- Distribuídos os ônus da sucumbência, a parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Entretanto, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.
- *In casu*, cada litigante deve arcar com os honorários de seus respectivos causídicos, observado o disposto no art. 21 do CPC.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Relator

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0041951-45.2008.8.17.0001 (213907-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: AMERICAN LIFE COMPANHIA DO SEGUROS
APELADA: ANALICE JUDITE DOS SANTOS SILVA

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de recurso interposto de sentença (fls. 76/78) que *julgou procedente* Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, manejada pela Apelada em face da Apelante, condenando a ré a pagar à autora indenização complementar atinente à diferença entre o valor correspondente a 40 salários mínimos - no valor vigente à época do sinistro - e o valor incontroversamente já pago - R\$ 1.890,00 (mil, oitocentos e noventa reais) -, corrigida monetariamente a partir da citação, também incidindo juros de 0,5 % (meio por cento) ao mês desde então.

A ré ainda foi condenada ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

O magistrado entendeu comprovado nos autos o fato constitutivo do direito da autora, qual seja a invalidez permanente, decorrente de acidente de trânsito, bem como devida indenização correspondente a 40 salários mínimos, nos moldes da Lei 6.194/74, razão pela qual deve haver a complementação perseguida.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

218

Em suas razões recursais (fls. 81/90), a Apelante assevera que a indenização em questão foi corretamente paga, de acordo com o grau de invalidez do apelado, conforme tabela prevista na circular nº 29/91 da SUSEP.

Discorre, ainda, sobre a impossibilidade de utilização do salário mínimo como fator de atualização monetária, conforme disposição da Lei 6.205/75, pugnando ao final pela completa reforma da sentença.

Devidamente intimada, a Apelada, em suma, pede a manutenção da sentença por seus próprios fundamentos. (fls. 99/107)

É o relatório.

Diante da desnecessidade de revisão, eis que tramitou sob o rito sumário, remeta-se o feito diretamente à pauta, nos termos do art. 76, parágrafo único¹, do Regimento Interno do TJPE.

Recife, 05/05/00

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

¹ Art. 76. (...)

Parágrafo Único - Nos recursos interpostos nas causas de procedimento sumário, de despejo e nos casos de indeferimento liminar de petição, não haverá revisor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



219

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0041951-45.2008.8.17.0001 (213907-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: AMERICAN LIFE COMPANHIA DO SEGUROS
APELADA: ANALICE JUDITE DOS SANTOS SILVA

V O T O

Tratam os autos de discussão quanto à existência de saldo residual a ser pago pela Apelante à Apelada, a título de indenização securitária DPVAT, ensejada por invalidez permanente.

Nesta esteira, haja vista o acidente discutido na presente demanda datar de 2006, a legislação pertinente a ser adotada é a Lei 6.194/74, cuja antiga redação, atualmente modificada pela Lei 11.482/2007, dispunha, em seu artigo 3º, "b":

.....

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (...) b) até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País no caso de invalidez permanente; (...) (Grifos nossos)

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



220

Assim, cumpre desde logo afastar a argumentação expendida pela Apelante no sentido da impossibilidade de utilização do salário mínimo como fator de atualização monetária, posto que em tais casos ele é usado como lastro de indenização e não como correção do valor da moeda em virtude do processo inflacionário.

O seguinte aresto bem ilustra o posicionamento pacífico da jurisprudência pátria a respeito, dissipando, assim, qualquer interpretação em sentido contrário, senão vejamos:

.....

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. II. Recurso especial não conhecido. (REsp 153.209/RS, Rel. Min. Menezes Direito, 2ª Seção, DJ 02/02/2004 p. 265)

.....

Entretanto, em relação à existência de saldo residual a ser percebido pela Apelada, entendo assistir, em parte, razão à Apelante, em face da dicção da própria lei.

Ora, ao utilizar a preposição "até", o dispositivo não deixa dúvidas de que o valor nele previsto diz respeito ao teto da quantia a ser percebida por quem resultar total e permanentemente inválido em decorrência de acidente com veículo automotor, não existindo nada que autorize interpretação segundo a qual a indenização deve ser deferida sempre naquele valor exato.

Nem mesmo para o senso comum referida interpretação faz sentido, pois a lei¹ previa indenização em exatos quarenta salários mínimos em caso de evento morte, sendo inconcebível a percepção da mesma quantia por alguém que, por exemplo, perdeu os movimentos de um braço ou de uma perna.

Destarte, não há dúvidas de que a indenização deve ser proporcional ao grau de invalidez resultante do sinistro. A propósito, veja-se o recentíssimo julgado a seguir (grifos nossos):

.....
CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ
PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO.
POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO
MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. Em caso de

¹ Lei 6.194/74, Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País no caso de morte; (...) (Grifos nossos)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



222

invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. III. Recurso não conhecido. (REsp 1119614/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 31/08/2009)

.....

Assim, como a lei não previu expressamente de que maneira seria quantificado o valor a ser indenizado, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12, caput², da própria Lei 6194/74 - não havendo que se falar, portanto, em conflito normativo -, emitiu a Resolução 109/04, cujo art. 13, II, dispõe:

.....

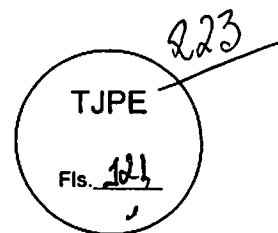
Art. 13. A sociedade seguradora efetuará o pagamento das indenizações a seguir especificadas, por pessoa vitimada: (...) II - em caso de invalidez permanente, desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter de invalidez, a quantia que se apurar, tomando-se por base o percentual da incapacidade de que for portadora a vítima, de acordo com a tabela constante das normas de acidentes pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista nas normas vigentes, na data de liquidação do sinistro; (...)

.....

² Art. 12. O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta Lei.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



A tabela mencionada no dispositivo transcrito foi instituída, por sua vez, pela Circular SUSEP 29/91, detalhando os percentuais indenizatórios a serem observados conforme a invalidez do segurado.

Neste aspecto, depreende-se do laudo do IML (fl. 15) que do acidente resultou para a Apelada, entre outras coisas, "debilidade permanente da função do membro inferior direito", tendo os médicos peritos atestado que a periciada "não realiza movimento de flexão da perna direita", apresentando, ainda, déficit de força do referido membro.

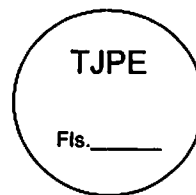
Ora, compulsando a tabela instituída pela Circular acima referida, encontrada no site da SUSEP³, vejo que a situação da Apelada adequa-se à hipótese de perda total do uso de um dos membros inferiores, para a qual é prevista indenização no importe de 70% do valor máximo - 28 (vinte e oito) salários mínimos.

Isto posto, e tendo-se mente que compartilho da corrente segundo a qual o pedido de redução de indenização encontra-se implícito no de exclusão, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo, para reduzir o montante da complementação devida até o limite dos referidos 28 (vinte e oito) salários mínimos.

³ <http://www.susep.gov.br/biblioteca/web/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=16447>



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



224

Quanto às custas processuais, considerando que cada litigante foi em parte vencedor e vencido, distribuo-as igualmente entre eles, observado, quanto à Apelada, o disposto no art 12⁴ da Lei 1.060/50, diante da gratuidade de justiça deferida nos autos, devendo, ademais, cada um arcar com os honorários de seus causídicos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

⁴ Art. 12. A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se, dentro de 5 (cinco) anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.